

# O Brasil e o Global Gender Gap Index do Fórum Econômico Mundial: algumas considerações \*

**Hildete Pereira de Melo**  
**SPM/PR e UFF**

A erupção da segunda onda feminista internacional, em meados do século XX, transformou a luta pela igualdade de gênero numa das bandeiras mais importantes do movimento de mulheres, cujas repercussões se estendem até os dias atuais. A promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres estão incluídos na pauta das reivindicações das sociedades mundiais e há uma demanda crescente para que a educação das meninas e moças se desenvolva no mundo. Mas a busca pela igualdade não se restringe ao campo educacional, e muitos países têm introduzido legislações e ações para estimular a participação feminina tanto na economia quanto na política.<sup>1</sup>

Atento a esta demanda das mulheres, desde 2006 o Fórum Econômico Mundial divulga o índice sintético *Global Gender Gap Index* (GGI) no seu relatório sobre as desigualdades de gênero.<sup>2</sup> Construído a partir de razões entre os sexos, o objetivo do GGI é classificar os países a partir das diferenças de gênero e não pelo seu nível de desenvolvimento. Considera que a igualdade entre homens e mulheres é um aspecto primordial para o equilíbrio do desenvolvimento social. O relatório de 2010 é o quinto publicado pelo Fórum Econômico Mundial e tem quantificado a magnitude das disparidades de gênero para 134 países<sup>3</sup> e também seu progresso no tempo.

---

\* Ana Carolina Coutinho Villanova fez as tabelas deste estudo. Agradeço a leitura atenta e sugestões feitas por Cristiane Soares deste texto, embora erros e omissões sejam responsabilidade da autora.

<sup>1</sup> Vale mencionar que foram estabelecidas 12 áreas críticas na Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim (1995).

<sup>2</sup> Hausmann, R., Tyson, L., Zahidi, S. (2010). **The Global Gender Gap Report 2010**. World Economic Forum (WEF), Geneva, Switzerland.

<sup>3</sup> Este relatório trabalhou inicialmente com informações de 200 países, mas para o cálculo final do índice era necessário que os países tivessem informações para pelo menos 12 indicadores dos 14 que compõem este índice. Portanto, o relatório 2010 traz informações do GGI apenas para 134 países.

## A estrutura do GGI

Este índice mensura a desigualdade de gênero em quatro dimensões. A primeira é a **participação e oportunidades na economia**, que utiliza as seguintes variáveis: taxa de participação no mercado de trabalho, renda total estimada, medida de igualdade de rendimentos para trabalhos similares e a razão entre mulheres e homens em dois grupos ocupacionais: 1) membros do Poder Legislativo, diretores e gerentes; e 2) técnico-profissional. A segunda refere-se à **educação** e usa as variáveis taxa de alfabetização e a frequência líquida nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior). A terceira trata da **saúde**, e nela são considerados os indicadores de expectativa de vida e razão de sexo ao nascer. A quarta mensura o **empoderamento político** por meio da participação de mulheres e homens nas esferas ministeriais e parlamentar e do número de mulheres que nos últimos 50 anos exerceram a chefia de estado ou de governo.

Soares (2010) afirma que nestas dimensões são calculados 14 indicadores e transformados em “razões” entre mulheres e homens, seguidos de um processo de atribuição de pesos dentro de cada dimensão de acordo com a maior variância ou desvio padrão. A normalização dos sub-índices ocorre a partir da equalização dos desvios padrões das variáveis. O *GGI* assume valores entre 0 (desigualdade) e 1 (igualdade). A autora destaca ainda que a metodologia de grande parte desses índices sintéticos está voltada para a comparação internacional e nem sempre obedecem ou atendem à realidade de cada país.<sup>4</sup>

As principais fontes de dados utilizadas para o cálculo deste índice são: Organização Internacional do Trabalho (*KILM indicators*), Fórum Econômico (*WEF - Executive Opinion Survey*) e PNUD, para a dimensão econômica; Unesco, PNUD e Banco Mundial, para os indicadores educacionais; Organização Mundial da Saúde (OMS) e *Central Intelligence Agency* (CIA) para a dimensão de saúde; e o *Inter-Parliamentary Union* para o cálculo da participação política. Além do GGI, o relatório traz, para cada país, informações sobre população, PIB, idade média das mulheres ao casar, taxa de fecundidade, ano em que as mulheres tiveram direito ao voto e a razão de sexo populacional. Para esses “indicadores chaves” as principais fontes são: Banco Mundial (*World dataBank: World Development Indicators & Global Development Finance*);

---

<sup>4</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre este índice e outros ver Soares, 2010.

Nações Unidas (*Department of Economic and Social Affairs, UN Statistics Division*); OMS (*Global Health Observatory, Demographic and Socioeconomic Statistics*) e o PNUD (*HDR*). Vale ressaltar que essas fontes de dados possuem períodos de referência distintos e que, embora o relatório seja de 2010, as informações não necessariamente são deste ano e tampouco exclusivamente do anterior.

## **Síntese dos resultados do GGI**

A tabela 1 mostra, para 2010 e 2006, as posições de países até a 30ª posição. O Brasil fecha esta tabela, mesmo abaixo desta posição. Ao comparar esses dois anos, um aspecto interessante é que há uma grande troca de posição neste *ranking* entre os países. Apenas três mantiveram a mesma classificação: Noruega, Finlândia e Espanha, que ocupam a segunda, terceira e a décima primeira posição respectivamente no *ranking* deste índice nos dois anos considerados.

Paralelamente, segue a pergunta: quem ganhou posição no ranking deste índice? Dezesete países melhoraram sua classificação: Islândia, Nova Zelândia, Dinamarca, Irlanda, África do Sul, Lesoto, Letônia, Bélgica, Estados Unidos, Suíça, Namíbia, Luxemburgo, Trindade e Tobago, Mongólia, Nicarágua, Argentina e Costa Rica (tabela 1).

Quem perdeu? Dos trinta primeiros países colocados no *ranking*, oito perderam posição nesta comparação entre 2006 e 2010. Foram perdedores: Suécia, Alemanha, Filipinas, Reino Unido, Holanda, Sri Lanka, Canadá, Austrália. O Brasil, classificado na 85ª posição, também caiu na comparação entre os dois anos. Há dois países nesta lista os quais não foi possível comparar, por não terem índices calculados para 2006: Cuba e Moçambique (tabela 1).

Feito este balanço, observa-se que os países que fizeram as mudanças mais significativas, do ponto de vista da melhora das condições de igualdade entre mulheres e homens, foram Lesoto e a Suíça. O primeiro teve a 43ª e o segundo a 26ª posições em 2006 e, no relatório de 2010, o Lesoto ficou no oitavo lugar e a Suíça na décima posição. O que pode explicar esta mudança? Provavelmente, esta vitória está relacionada ao crescimento da participação política das mulheres nos dois países. Estes países são muito distintos do ponto de vista das estruturas socioeconômicas e possuem em comum apenas uma área territorial

pequena. O Lesoto possui uma população de um pouco mais de dois milhões de pessoas, vivendo em uma sociedade agrícola e de pastoreio. Já a Suíça, com uma população de 7,5 milhões de habitantes, apresenta uma sociedade urbana e industrial.

Detalhando os indicadores pelas quatro dimensões que compõem o GGI de 2010, nota-se que a dimensão “*empoderamento político*” é a que apresenta a maior desigualdade em todos os países. **Todos, sem exceção, estão longe de alcançar a igualdade nos espaços de poder e da política, e este é o grande desafio.** A Islândia, que obteve a primeira colocação no índice, teve um indicador de 0,6748 e a Noruega, com a segunda posição, 0,5614. Estes números estão ainda longe de uma situação igualitária no exercício do poder nacional. Na América Latina, alguns países possuem uma posição de destaque nesta dimensão: o valor do sub-índice para Costa Rica foi de 0,3287 (14º posição), para Cuba foi 0,3176 (18º posição), para Nicarágua foi 0,3037 (19º posição) e, para a Argentina, o índice foi um pouco menor, 0,2976 (20º posição). Mas vale ressaltar que todos estes países, com exceção de Cuba, tiveram mulheres ocupando posição de chefes de governo. O Brasil, com sua participação tão baixa de mulheres nos espaços da política, obteve o indicador de 0,0488 e a 122º posição neste *ranking*.

A dimensão *participação e oportunidades na economia* também desnuda a desigualdade presente nas sociedades contemporâneas. Dos países listados na tabela 1, os maiores sub-índices foram obtidos respectivamente pelos seguintes: Lesoto, Mongólia, Noruega, Bahamas, Moçambique, Estados Unidos, Barbados, Canadá, Nova Zelândia e Moldávia. O primeiro país do *ranking geral* - a Islândia - ficou com um sub-índice de 0,7540 nesta dimensão, o que corresponde à 18º posição. O Brasil, por sua vez, obteve 0,6431, o que o classifica na 66º posição nesta dimensão. Observem que este índice não leva em consideração as diferentes estruturas econômicas dos países, agrícolas ou industriais, embora as variáveis sejam relativas a um mercado de trabalho, em que prevalecem relações monetárias. Não é o desenvolvimento econômico, mas a paridade entre os sexos o significativo para este índice.

A dimensão *educacional* apresenta os melhores resultados na maioria dos países. Felizmente, educar-se no mundo atual é uma possibilidade real de mulheres e homens e são inúmeros os países que obtiveram um indicador máximo de igualdade na educação. Na tabela 1, dos países que estão colocados nas primeiras 30º posições neste *ranking*, treze

obtiveram a igualdade máxima no índice (100): Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Irlanda, Dinamarca, Lesoto, Filipinas, Reino Unido, Letônia, Estados Unidos, Austrália, Cuba e Luxemburgo. O Brasil obteve neste índice a pontuação de 0.9904, correspondente à 63ª posição.

A dimensão *saúde e expectativa de vida* ainda é uma luta a ser vencida para todas e todos. Este indicador mostra que no conjunto dos países melhores posicionados (tabela 1), aqueles que obtiveram uma nota mais próxima da igualdade foram: Finlândia (0,9697), Lesoto (0,9796), Filipinas (0,9796), Sri Lanka (0,9796), Letônia (0,9796), Trindade Tobago (0,9796) e Mongólia (0,9747). O Brasil também obteve nota (*score*) idêntica a estes países (0,9796). Este foi o melhor desempenho nacional nos indicadores que compõem o índice. Notem que esses países apresentam níveis de desenvolvimento diferenciados e que alguns são sociedades rurais. Mas, como mencionado anteriormente, o GGI é uma medida de paridade de gênero e não de nível de desenvolvimento.

<b>Tabela 1 - Índice Global Gender Gap, 2010 e 2006</b>				
<b>País</b>	<b>2010</b>		<b>2006</b>	
	<b>Posição</b>	<b>Índice</b>	<b>Posição</b>	<b>Índice</b>
Islândia	1	0,8496	4	0,7813
Noruega	2	0,8404	2	0,7994
Finlândia	3	0,8260	3	0,7958
Suécia	4	0,8024	1	0,8133
Nova Zelândia	5	0,7808	7	0,7509
Irlanda	6	0,7773	10	0,7335
Dinamarca	7	0,7719	8	0,7462
Lesoto	8	0,7678	43	0,6807
Filipinas	9	0,7654	6	0,7516
Suíça	10	0,7562	26	0,6997
Espanha	11	0,7554	11	0,7319
África do Sul	12	0,7535	18	0,7125
Alemanha	13	0,7530	5	0,7524
Bélgica	14	0,7509	20	0,7078
Reino Unido	15	0,7460	9	0,7365
Sri Lanka	16	0,7458	13	0,7199
Holanda	17	0,7444	12	0,7250
Letônia	18	0,7429	19	0,7091
Estados Unidos	19	0,7411	23	0,7042

Canadá	20	0,7372	14	0,7165
Trindade e Tobago	21	0,7353	45	0,6797
Moçambique	22	0,7329	N/a	n/a
Austrália	23	0,7271	15	0,7163
Cuba	24	0,7253	N/a	n/a
Namíbia	25	0,7238	38	0,6864
Luxemburgo	26	0,7231	56	0,6671
Mongólia	27	0,7194	42	0,6821
Costa Rica	28	0,7194	30	0,6936
Argentina	29	0,7187	41	0,6829
Nicarágua	30	0,7176	62	0,6566
<b>Brasil</b>	<b>85</b>	<b>0,6655</b>	<b>67</b>	<b>0,6543</b>
Fonte: The Global Gender Gap Report, 2010 – World Economic Forum, pg 9 e 10				

### **Uma avaliação do desempenho brasileiro: o que diz este índice.**

Pelas observações anteriores ficou evidenciado que, nestes cinco anos em que o relatório de gênero do Fórum Econômico Mundial tem sido publicado, houve uma grande variação na posição dos países no *ranking* total. Claro que o conjunto dos países compreendidos pela Suécia, Noruega, Finlândia, Islândia e Dinamarca manteve sólidas posições como as sociedades mais igualitárias entre os sexos em todos os continentes e regiões do planeta. Estes países são sociedades em que a social democracia (*welfare state*) foi construída na primeira metade do século XX. Representam ainda exemplos da implantação de políticas públicas avançadas para o bem-estar da população que, na segunda metade deste século, ao ser sacudida pelo movimento feminista e de mulheres, incorporaram a igualdade como objetivo.

No caso brasileiro, a construção de uma sociedade do bem-estar ficou inconclusa. Se o avanço da industrialização nos últimos cinquenta anos mudou a vida das mulheres, devido à rápida e descontrolada urbanização, as reformas agrária, tributária e social não foram realizadas, o que possibilitou a consolidação de uma sociedade partida entre o mercado de trabalho organizado, com políticas sociais de garantia da cidadania e um grande contingente de despossuídos da riqueza (Melo & Oliveira, 2009).

O desenvolvimento econômico, a elevação da escolaridade e a luta dos movimentos de mulheres e feministas nacional e internacional provocaram mudanças na sociedade e no papel feminino. As mulheres foram massivamente ao mercado de trabalho, mas as enormes desigualdades existentes na sociedade permitiram esta incorporação feminina no mercado de trabalho sem que isso provocasse maiores mudanças nas relações de gênero. **A divisão sexual do trabalho não mudou, continua existindo trabalho de homem e de mulher.** O índice do Fórum Econômico Mundial capta esta realidade e desnuda a longa caminhada que já se fez e ainda precisa ser percorrida para se viver numa sociedade mais igualitária. Analisemos cada um dos indicadores que compõem este índice mundial.

## **Empoderamento Político**

Seguramente esta dimensão explica, em parte, o desempenho brasileiro no conjunto deste índice. A velha sociedade dos coronéis da Primeira República e dos partidos políticos controlados com mão de ferro pelas oligarquias regionais ainda está presente no cenário político nacional, embora venha morrendo lentamente. As variáveis que compõem esta dimensão se referem à participação política feminina nos parlamentos nacionais, em cargos ministeriais e a ocupação por uma mulher, nos últimos 50 anos, da chefia do Estado Nacional. Estas variáveis revelam que o País possui ainda uma sociedade patriarcal. Da luta pelo direito ao voto e sua obtenção em 1932, à participação concreta de *votar e ser votada*. No Brasil, esse processo tem andado muito devagar (Mais Mulheres no Poder – Contribuição à Formação Política das Mulheres, SPM/PR, 2010).

A representação feminina nos cargos eletivos nacionais, estaduais e municipais é muito baixa ao longo de todos os anos depois da conquista da plena cidadania na década de 1930 e, conseqüentemente, em todos os demais espaços de poder da sociedade. O movimento de mulheres e feminista, numa articulação com os partidos políticos, elaborou nos últimos anos uma proposta de reforma política que quebrasse o monopólio masculino no âmbito da política brasileira.

Em 1996, os movimentos de mulheres e feministas lançaram a *Campanha Mulheres sem Medo do Poder*. Era preciso fazer valer a Lei de Cotas (Lei 9.100 de 1995) que estabelecia normas para as eleições municipais e previa que, no mínimo vinte por cento das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser destinadas para candidaturas femininas.

Esta legislação foi alterada várias vezes, sempre garantindo a política de cotas para as mulheres no Legislativo nacional. Esta “reserva de vagas” que esta legislação consagrou pode ser considerada uma vitória, embora não tenha ampliado a participação política feminina nas eleições e nos partidos políticos. Em 2009, o Congresso Nacional aprovou uma mini-reforma política (Lei ° 12.034, sancionada em 29 de setembro de 2009), estabelecendo novas regras para as eleições de 2010 e pleitos futuros. As maiores mudanças sobre a participação das mulheres diz respeito à obrigação dos partidos políticos de destinar 5% do Fundo Partidário à participação política feminina, além de reservar ao menos 10% do tempo de propaganda partidária para promover a participação política das mulheres. Sobretudo, alterou a reserva de vagas de candidaturas para cada sexo nos partidos, garantindo que cada partido ou coligação preencherá no mínimo 30% e no máximo 70% para candidaturas de cada sexo na chapa registrada.

No entanto, essas medidas não foram suficientes para reverter o quadro da ausência das mulheres neste espaço. Com efeito, nas campanhas eleitorais e nos partidos a questão feminina é ainda tratada de forma paternalista e baseada nos velhos estereótipos. A mini-reforma de 2009 colocou um problema no Brasil. Agora se tem uma política pública a respeito da questão para fomento da participação das mulheres que não é cumprida. **A conclusão é que não basta uma lei. É preciso escrevê-la na vida das mulheres.**

Os resultados das eleições de 2010 revelam que o quadro nacional relativo à participação feminina nos espaços de poder não se alterou; logo, a mini-reforma foi inócua. Continuamos com uma participação estacionária no Congresso Nacional, em todos os níveis da representação legislativa e nos cargos executivos municipais e estaduais.

Quando se analisa as variáveis relacionadas aos indicadores de participação feminina nos cargos Ministeriais e na chefia de Estado, a situação fica mais dramática, pois em 121 anos de República a sociedade brasileira só teve 17 mulheres que ocuparam pastas ministeriais e deve-se destacar **que dez destas Ministras foram nomeadas nos dois mandatos do Presidente LULA. Apenas nas eleições de 2010, pela primeira vez uma mulher disputa o segundo turno eleitoral.** Notem que estes eventos aconteceram apenas nos últimos trinta anos da história republicana nacional. As mulheres que ocuparam pastas ministeriais foram, nos últimos trinta anos: Esther de Figueiredo Ferraz (governo Figueiredo); Dorothea Werneck (duas vezes ministra nos governos Sarney e Fernando

Henrique Cardoso); Zélia Cardoso de Mello (governo Collor); as ministras Luiza Erundina, Yeda Crusius e Margarida Coimbra (no governo Itamar Franco); Claudia Costin (governo Fernando Henrique Cardoso) e, nos dois mandatos do presidente Lula, as ministras Dilma Rousseff em duas pastas, Benedita da Silva, Marta Suplicy, Marina Silva (dois mandatos), Emília Fernandes, Nilcéa Freire (dois mandatos), Matilde Ribeiro, Márcia Lopes, Isabella Teixeira e Erenice Guerra.

A República no Brasil teve 31 presidentes e três tiveram dois mandatos (Getúlio Vargas, Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva).<sup>5</sup> Fazendo uma estimativa grosseira de uma média de 20 pastas ministeriais por cada mandato, teve-se aproximadamente 660 ocupantes de Ministérios no país; ora, destes ocupantes, apenas dezessete foram mulheres. Destas, cinco foram ministras em dois mandatos. Cerca de 3,3% destas pastas ministeriais foram ocupados por mulheres no Brasil republicano. Esta baixa participação das mulheres no alto escalão do estado brasileiro contrasta com a história dos demais países latino-americanos e com os demais no cômputo geral do GGI. A baixa incidência nacional faz com que o Brasil ocupe a 122ª posição no *ranking* mundial de 134 países nesta dimensão.

## **Participação e Oportunidades na Economia**

Além da elevada desigualdade de gênero no espaço político, no mundo do trabalho estas ainda permanecem, embora em menor escala. No Brasil, muito se avançou na inserção da população feminina nesse espaço produtor de autonomia econômica e social, mas no que se refere à garantia de condições igualitárias de entrada e permanência no mercado de trabalho, bem como de remuneração pelas atividades ali desenvolvidas, a desigualdade ainda é uma realidade.

Nos últimos trinta anos foi possível verificar um aumento crescente da participação feminina no mercado de trabalho. Esta maior presença de mulheres exercendo atividades produtivas no espaço público, associada a um nível de escolaridade superior ao masculino, permitiu a elas o acesso a postos mais qualificados no mercado de trabalho. No entanto, isto

---

<sup>5</sup> Esta estimativa não computou as Juntas Provisórias de 1930 e 1969 e deve-se levar em consideração que Getúlio Vargas exerceu a chefia do Estado por 15 anos, de 1930 a 1945, e foi eleito em 1950 para outro mandato. O primeiro foi um longo período, mas foi considerado apenas como um mandato, o que não corresponde à verdade, mas desdobrá-lo complicaria este cálculo.

não foi capaz de reverter importantes desigualdades salariais e de inserção, que historicamente assombram as mulheres brasileiras, nem de as fazerem ascender aos postos de decisão e poder nas empresas.

Retrospectivamente, apesar da crescente participação feminina no mercado de trabalho, houve uma queda nos seus rendimentos totais de 19,8% entre 1998 e 2001. No período de 2001/04 essa queda foi um pouco menor (17,6%), devido ao baixo crescimento da economia e à política salarial. Esta trajetória de queda foi interrompida pela mudança na política salarial vigente a partir de 2003. O que aconteceu? Analisando a trajetória dos rendimentos entre 2004 e 2008, verifica-se um crescimento dos rendimentos reais femininos em ritmo superior aos masculinos, o que permite concluir que **no Brasil todos ganharam, mas as mulheres um pouco mais**. Esta inflexão, todavia, não alterou a realidade de que os homens ainda auferem maiores rendimentos que as mulheres e que, entre as mulheres com instrução superior, esta defasagem é ainda maior.

Para ilustrar as diferenciações entre mulheres e homens no mercado de trabalho mostram-se abaixo os principais indicadores de condição de atividade e de ocupação da população de 10 anos ou mais de idade para o Brasil em 2009, segundo o sexo:

**Taxa de atividade** - (percentagem da PEA em relação ao total de pessoa):

Mulheres – 52,7% e Homens – 72,3 %.

**Nível de Ocupação** – (percentagem de pessoas ocupadas em relação ao total de pessoas):

Mulheres – 46,8% e Homens – 67,8%.

**Taxa de Desocupação** – (percentagem das pessoas desocupadas em relação a PEA):

Mulheres – 11,1% e Homens – 6,2%

**Distribuição da PEA – população economicamente ativa** (ocupadas e desocupadas)

Mulheres – 43,9% e Homens – 56,1%

**Distribuição das Pessoas Ocupadas**

Mulheres – 42,6% e Homens – 57,4%

Os indicadores da PNAD 2009 acima mostram que no mercado de trabalho brasileiro as mulheres ainda têm um nível de ocupação menor que o dos homens, embora na década esta participação venha crescendo. A desocupação é mais grave para as trabalhadoras nacionais. Permanece a histórica taxa de desocupação mais alta para as mulheres devido ao seu ciclo de vida e ao retardamento da entrada das mulheres no mundo

do trabalho. E, para efeito do cálculo do GGI 2010, as mulheres ainda continuam ganhando menos que os homens, numa razão do rendimento de trabalho mulher/homem de 67,1 no ano de 2009. Este indicador melhorou em relação a 2008, já que esta razão foi de 66,5% neste ano. Isto apesar do nível de instrução mais elevado das mulheres em relação aos homens. **Portanto, na economia, as diferenças ainda permanecem no mercado de trabalho, embora venham diminuindo ao longo do tempo.**

## **Educação**

O povo brasileiro, ao longo do século XX, teve seu maior sucesso no acesso à escola com a ampliação da escolaridade para os diferentes grupos populacionais, antes excluídos do processo educacional formal. Com isso, as mulheres passaram a ter maiores oportunidades de estudar, o que se reflete nos indicadores educacionais, nos quais as mulheres vêm superando os homens. A taxa de escolarização da população entre 7 e 14 anos elevou-se e em 2009, 98% das crianças e adolescentes estavam na escola.

O número médio de anos de estudo continua crescendo na população total, mas as mulheres continuam na frente dos homens. Em 2008, o sexo masculino tinha em média 6,2 anos de estudos e as mulheres 7,2. Em 2009, as mulheres passaram para 7,4 anos em média de estudos e os homens para 7,0 anos de estudos em média. Portanto, no campo educacional as mulheres avançaram mais que os homens. Isto contribui para que a paridade não seja alcançada.

## **Saúde/expectativa de vida: o Brasil conquistou a igualdade**

No GGI, esta dimensão está baseada em duas variáveis que expressam as diferentes realidades femininas em cada um dos continentes. Em algumas sociedades “nascer mulher” implica em infortúnios e mesmo em morte. Assim, a primeira variável expressa esta questão e mensura a taxa por sexo dos nascimentos em cada país. A segunda utiliza o *gap* nas expectativas de vida das mulheres e homens, calculadas pela Organização Mundial da Saúde. Para este cálculo estimou-se o número de anos que mulheres e homens podem viver em boas condições de saúde, sem violência, má nutrição e doenças em cada país. Neste indicador o Brasil obteve nota (*score*) 1 e representa o melhor desempenho nacional em

relação ao conjunto de indicadores, o que permite afirmar uma plena condição de igualdade na expectativa de vida entre mulheres e homens no Brasil.

### **Considerações Finais**

As análises propiciadas pelo *Global Gender Gap Index* indicam que o Brasil tem avançado nas dimensões, exceto nos indicadores de participação política. No entanto, este processo tem sido lento e oscilatório, dado que o Brasil caiu de posição em 2009 e em 2010. Os resultados deste índice servem de alerta para a sociedade brasileira de que nos aspectos característicos da desigualdade de gênero, as políticas públicas necessitam promover a inclusão e escrever as leis na vida das mulheres. A Lei 12.034/2009 precisa ser uma realidade na estrutura partidária nacional e, conseqüentemente, mudar a participação das mulheres na política nacional.

O progresso feminino na saúde, na educação e no trabalho foi inequívoco no Brasil. Analfabetas no início do século XX, as mulheres fizeram extraordinários avanços na sua escolaridade e no final do século têm, em média, um grau de instrução superior ao dos homens. Apesar da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, ainda permanecem diferenciais salariais. Esses diferenciais também têm se reduzido, mas é importante assinalar que ainda persistem e constituem uma forte explicação para a desigualdade de renda do País.

### **Referências Bibliográficas**

**FORUM ECONÔMICO MUNDIAL.** “The Global Gender Gap Report 2010”, Hausmann, R., Tyson, L., Zahidi, S. (Org.), World Economic Forum (WEF), Geneva, Switzerland, 2010.

**SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SPM/PR).** *Mais Mulheres no Poder – Contribuição à formação política das mulheres*, Brasília, SPM/PR, 2010.

**MELO, Hildete Pereira de & OLIVEIRA, André Barbosa,** *Mercado de Trabalho e Previdência Social – um olhar feminista.* Revista ECONÔMICA, Pós-Graduação de Economia da Universidade Federal Fluminense, junho de 2009.

**SOARES, Cristiane**, “Índices de Desenvolvimento de Gênero: uma análise do avanço social das mulheres no Brasil e nas Unidades da Federação”. Revista do Observatório BRASIL da Igualdade de Gênero, Brasília, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, julho de 2010, edição especial.

## ANEXO

**Tabela A - Índice Global Gender Gap, 2006 Comparando com 2010**

País	2006		2010	
	Posição	Nota	Posição	Nota
Suécia	1	0,8133	4	0,8024
Noruega	2	0,7994	2	0,8404
Finlândia	3	0,7958	3	0,8260
Islândia	4	0,7813	1	0,8496
Alemanha	5	0,7524	13	0,7530
Filipinas	6	0,7516	9	0,7654
Nova Zelândia	7	0,7509	5	0,7808
Dinamarca	8	0,7462	7	0,7719
Reino Unido	9	0,7365	15	0,7460
Irlanda	10	0,7335	6	0,7773
Espanha	11	0,7319	11	0,7554
Holanda	12	0,7250	17	0,7444
Sri Lanka	13	0,7199	16	0,7458
Canadá	14	0,7165	20	0,7372
Austrália	15	0,7163	23	0,7271
Croácia	16	0,7145	53	0,6939
Moldávia	17	0,7128	34	0,7160
África do Sul	18	0,7125	12	0,7535
Letônia	19	0,7091	18	0,7429
Bélgica	20	0,7078	14	0,7509
Lituânia	21	0,7077	35	0,7132
Colômbia	22	0,7049	55	0,6927
Estados Unidos	23	0,7042	19	0,7411
Tanzânia	24	0,7038	66	0,6829
Jamaica	25	0,7014	44	0,7037
Suíça	26	0,6997	10	0,7562
Áustria	27	0,6986	37	0,7091
Macedônia	28	0,6983	49	0,6996
Estônia	29	0,6944	47	0,7018
Costa Rica	30	0,6936	28	0,7194
<b>BRASIL</b>	<b>67</b>	<b>0,6543</b>	<b>85</b>	<b>0,6655</b>

Fonte: The Global Gender Gap Report, 2010 – World Economic Forum, pg 9 e 10